

Jornalistas *versus* blogueiros: a legitimação do sujeito da informação e do poder de informar na era da internet

Journalists *versus* bloggers: the legitimation of the subject of information and the power to inform in the internet era

Gislaine Gracia Magnabosco*
Edson Carlos Romualdo**

RESUMO: Com o advento da Internet algumas modificações ocorreram tanto na produção, quanto na divulgação de informações. Com o gênero Blog, por exemplo, houve uma "democratização" da publicação de textos e informações na Web. Assim, o presente artigo visa analisar algumas propagandas veiculadas no meio impresso buscando demonstrar, com base nos pressupostos teóricos de Michel Foucault, mais especificamente em suas contribuições sobre a relação saber-poder, como que, com o surgimento do gênero Blog, ocorre uma busca, pelo jornal impresso, em controlar a produção da informação, bem como em reafirmar o sujeito legitimado para informar.

PALAVRAS-CHAVE: Blog. Gênero Digital. Internet. Michel Foucault.

ABSTRACT: With the advent of the Internet some changes have occurred both in the production and in the dissemination of information. With the genre Blog, for example, there has been a "democratization" of the publication of texts and information on the Web. Thus, this article aims at analyzing some advertisements conveyed through printed media seeking to demonstrate, based on Michel Foucault's theoretical assumptions, more specifically on his contributions to the relationship between knowledge and power, that with the advent of the genre Blog an attempt occurs by the printed media to control the production of information, as well as to reaffirm the legitimate subject to informing.

KEYWORDS: Blog. Genre Digital. Internet. Michel Foucault.

* Mestranda em Estudos Linguísticos, linha Texto e Discurso, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: gigracia@hotmail.com

** Doutor em Letras (UNESP). Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: ecromualdo@uol.com.br

Introdução

Com a saturação dos ideais da modernidade (a razão, o progresso, o futuro) e, com as novas possibilidades da micro-eletrônica, o mundo é surpreendido com o surgimento de novas formas de sociabilidade. A cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais, entre elas, as questões relacionadas ao ciberespaço, simulação, tempo real, processos de virtualização; acabam por criar uma nova relação entre a técnica e a vida social: a chamada cibercultura.

Esta era, marcada pela expansão da tecnologia digital e das redes de comunicação virtual, via computador, possibilitou o advento de inúmeros gêneros digitais que, com suas características particulares, fizeram com que a comunicação mediada por computador assumisse um papel fundamental na vida pós-moderna.

Entre os diversos tipos de comunicação¹ que surgem, então, com esses gêneros, encontra-se a proporcionada pelo *blog*. Caracterizado predominantemente pelo uso da escrita e estrutura relativamente padronizada, o *blog* é composto por textos curtos e postados em blocos ou *posts* que obedecem a uma ordem cronológica inversa da leitura canônica. Pela facilidade da edição, atualização e manutenção dos textos em rede, pela não necessidade de ser um especialista em conhecimentos informáticos para utilizá-lo e pela gratuidade da ferramenta, o *blog* tornou-se um importante instrumento de comunicação e expressão, ganhando ampla notoriedade entre seus usuários (conhecidos como *blogueiros*), uma vez que por meio dele, qualquer um, em posse de um computador e com acesso à Internet, pode produzir e divulgar qualquer tipo de informações na *Web*.

Essa possibilidade de divulgar informações na grande rede, somada a grande expansão do *blog*, fez com que algumas mídias, em especial àquelas tidas como legitimadas para informarem (jornal, revistas, por exemplo),

¹ Os gêneros digitais permitem dois tipos de interação: síncrona (em tempo real) ou a assíncrona (atemporal, como é o caso dos *e-mails*, *blogs*, entre outros).

elaborassem campanhas questionando não só a propriedade da produção da informação, como também a sua qualidade frente às novas possibilidades da Internet.

Diante deste panorama, o presente artigo visa analisar algumas propagandas veiculadas no meio impresso buscando demonstrar, com base nos pressupostos teóricos de Michel Foucault (2008, 2009), mais especificamente em suas contribuições sobre a relação saber-poder, como que, com o surgimento do *Blog*, ocorre uma busca, pelas revistas e jornais impressos, em controlar a produção da informação, bem como em reafirmar-se como o sujeito legitimado para informar.

A Ordem dos Discursos e a Produção da Informação

Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (2009), já pronunciava que “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (p.08-09).

Entre alguns dos procedimentos de controle, destaca-se a interdição que atinge o discurso. A interdição, para Foucault (2009), revelaria que qualquer um não pode falar de qualquer coisa. Desta forma o discurso seria objeto de desejo já que ele “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (p.10).

Desta forma, todo o discurso estaria ligado ao desejo e ao poder, sendo este poder não localizável apenas em uma instituição ou Estado. O poder seria uma relação de forças, estando, pois, em todas as partes (micro-poderes). Além disso, ele não seria apenas repressivo, mas também produziria efeitos de verdade, de vontade, de saber; constituindo verdades, práticas e subjetividades.

Assim, para Foucault, todo discurso estaria permeado pela vontade de verdade, sendo o discurso verdadeiro aquele pronunciado por quem de direito e

conforme o ritual requerido, apoiando-se sobre um suporte institucional e sendo reconduzido pelo modo como o saber é aplicado numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído, exercendo sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.

Como comenta Araujo (2007), Foucault não toma a verdade no sentido cognitivo, isto é, “como a verdade cada vez mais próxima do real, cada vez mais aperfeiçoada pelo progresso técnico e científico” (2007, p.91). Não interessa, então, analisar uma ciência em termos de conhecimento para encontrar critérios de cientificidade. Para Foucault (2009), para dar conta da cientificidade de uma ciência é preciso reportá-la ao campo de saber de uma época, é preciso verificar as condições de tal ou tal prática científica, em certa época, que resultam em certos tipos de saberes científicos.

Como a questão para Foucault não é cognitiva, isto é, não interessa a ele a verdade ou a falsidade das proposições científicas, nem a investigação da consistência, coerência ou validade de uma teoria científica, tampouco as fontes ou fundamentos para todo e qualquer conhecimento, a questão é a da produção histórica, concreta do saber. (ARAUJO, 2007, p.92).

Desta forma, a arqueologia de Foucault irá reconstruir o que se dá como verdade de constatação ou de demonstração, a partir do patamar dos rituais, das qualificações dos indivíduos de conhecimento, sobre o patamar da verdade acontecimento. Há, então, uma observação da história das condições de possibilidade e uso de verdade, de saber, uma vez que diferentes épocas produziram diferentes saberes e, conseqüentemente, diferentes verdades. O chamado verdadeiro de uma época.

Com isso, torna-se imprescindível analisar as formações discursivas, já que elas possibilitariam localizar os objetos de saber que surgem em seu “frescor de acontecimento” (FOUCAULT, 2008, p.43).

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Para Foucault uma formação discursiva se define se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento, se puder mostrar que ele pode dar origem a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar.

Assim, todo o discurso estaria vinculado a regras de formação, ou seja, dentro de qualquer discurso haveria regras históricas, que seriam as condições para que dadas formações existam ou desapareçam.

Deste modo, baseando-se na definição de formação discursiva, Gregolin (2004) define o que seria discurso para Foucault:

Um conjunto de enunciados, na medida em que se apóie na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade. (GREGOLIN, 2004, p.35).

Visto, então, como um conjunto de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de existência, tendo um suporte histórico, institucional, uma materialidade que proíbe ou permite sua realização, estabelecendo relações com os sujeitos, com a História, o discurso se submeteria à ordem do discurso (FOUCAULT, 2009), pressupondo, necessariamente, a ideia de “prática”.

De acordo com Foucault (1969/2008), as práticas discursivas seriam um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma determinada época e para uma certa área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa².

Gregolin (2000) comenta que essas práticas ocorrem em lugares sociais organizados e reconhecidos como portadores de fala: o campo literário, o campo científico, o campo político entre outros.

² De acordo com Navarro (2006, p.76), o princípio da função enunciativa possibilita ao analista circunscrever as modalidades enunciativas, dado o fato de o enunciado ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, bem como as regras sócio-históricas que definem as condições de emergência dos discursos.

As regras do *modo de dizer* condicionam todos os atos de fala sociais. Assim, toda produção de sentidos deve dar-se no interior desses campos institucionalmente constituídos como 'lugares de onde se fala'. Falar no interior desses campos significa inserir-se em uma formação discursiva que determina os *modos de dizer* e aquilo que *se pode e se deve dizer* em certa época. (GREGOLIN, 2000, p.23).

Ressalta-se, desta forma,

Um jogo entre discursos que seguem regras próprias às práticas discursivas de uma época. [Assim], as práticas discursivas estão submetidas a um jogo de prescrições que determinam exclusões e escolhas, neste sentido, elas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos, pois são definidas por instituições (técnicas, jurídicas, escolares, etc.) que, ao mesmo tempo, as impõem e as mantêm. (GREGOLIN, 2004, p.36).

Assim, há toda uma forma de controle e delimitação do discurso e esses procedimentos podem ser internos (comentário, autor, disciplina) ou externos (controle dos discursos, ritual, sociedade de discurso, doutrinas, apropriação social).

O discurso, na medida em que é constituído de um saber, é *regido por coerções de múltiplas ordens* (FOUCAULT, 1971): coerções externas que excluem, na modalidade da loucura ou da vontade de verdade, os discursos que põem em funcionamento o poder e o desejo; coerções internas que constituem a maneira de ser dos discursos, os quais exercem seus próprios controles pelo comentário, pelo sistema de disciplinas, pelas regulações institucionais. É desse modo que, em última instância, a análise do discurso renunciará ao objeto arqueológico para dirigir-se a uma genealogia das formas de comportamento, não mais exclusivamente discursivas, mas principalmente *institucionais e pessoais*. (COLLINOT, 2004, p.64 *apud* SARGENTINI, 2004, p.90).

Observa-se que há uma ordem que impera sobre os discursos, dizendo como produzi-los e quem pode produzi-los; e esta coerção não se limita a certos discursos em detrimentos de outros, mas se estende a todos os enunciados informacionais, inclusive os produzidos na Internet, como elucidaremos neste artigo.

O Arquivo e o Sujeito do Discurso

Como ressalta Sargentini (2004), o método arqueológico de Foucault focaliza as práticas discursivas que constituem o saber de uma época a partir

de enunciados efetivamente ditos e do funcionamento dos discursos. Com isso, o enunciado é apreendido como discurso e acontecimento, produzindo sentido a partir das relações que estabelece com outros enunciados e momentos enunciativos.

Nesta perspectiva, o discurso é produzido no interior de coerções, articulando-se, pois, com a noção de poder e de saber que, por sua vez, se relacionariam com as práticas discursivas. Estas, para serem analisadas, precisam, necessariamente, se relacionar a um outro conceito fundamental para Foucault: o arquivo.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, (...) mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; (...) é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o sistema de seu funcionamento; (...) é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria; (...) [define] uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação; (...) entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecer as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados. (FOUCAULT, 2008, p.147-148).

O arquivo passa, então, a reunir sentidos advindos de uma diversidade de textos tomados a partir de um trajeto temático, um tema, um acontecimento. Assim, "os enunciados e o arquivo tornam-se o suporte material dos estudos instalados nessa articulação entre o discurso e a história" (SARGENTINI, 2004, p.91).

Observa-se, então, que o discurso tem um suporte histórico, institucional, uma materialidade que permite ou proíbe sua realização, pressupondo, ainda, um papel ativo para o sujeito, que estabelecerá suas relações por meio de domínios (do saber, do poder e da ética). Serão esses domínios que permitirão avaliar como o sujeito se constitui enquanto sujeito de seu saber, enquanto sujeito que exerce ou sofre relação de poder e enquanto sujeito de sua própria ação.

Deste modo, o sujeito, para Foucault, não pode ser reduzido aos elementos gramaticais, pois ele é historicamente determinado.

O sujeito do discurso não é a pessoa que realiza um ato de fala, nem o autor do texto, nem o sujeito da proposição. O sujeito é aquele que pode usar (quase que com exclusividade), determinado enunciado por seu treinamento, em função da ocupação de um lugar institucional, de sua competência técnica. (ARAUJO, 2007, p.92).

Baseando-se nesses pressupostos teóricos, analisar-se-á uma série enunciativa composta por quatro campanhas publicitárias e uma capa de revista. A opção pela seleção de uma série como metodologia de análise dos discursos é proposta por Foucault (2008). Para ele, será por meio desta prática que se verificará como se dão as relações entre os elementos dessas séries e o modo como elas significam, constroem, produzem sentidos sobre os acontecimentos. Isola-se, então, a instância do acontecimento buscando relaciona-lo a outros enunciados, sempre tentando verificar como eles trabalham para a construção de certos acontecimentos.

Acredita-se que a série selecionada para esta análise reporta bem não só o conceito de sujeito do discurso e a sua legitimação, como também demonstra a relação saber-poder e a ordem que rege tanto a formação como a divulgação dos discursos.

O Direito de Informar na Era da Internet

Embora impreciso e heterogêneo, o conceito de informação participa de várias áreas do conhecimento, revelando-se crucial para o jornalismo. De modo vago, o conceito baliza estratégias conceituais e fundamenta técnicas jornalísticas, sendo, portanto, frequentemente associado às noções de notícia e objetividade - fundamentos, segundo Bourdieu (1996), do campo jornalístico.

Sabe-se que toda produção de informação possui regras. Desta forma, qualquer um não pode falar de qualquer coisa, nem, tampouco, produzir enunciados de qualquer modo. Há regras que regem a formação e a produção dos enunciados e no campo jornalístico não é diferente, já que, para informar,

é preciso, por exemplo, produzir uma narrativa em ordem de importância, utilizar a terceira pessoa (salvo matérias especiais), colocar um título, entre outras. Além disso, o profissional da informação tem que seguir regras não só relacionadas à ética, como também a sua própria formação. A esse respeito, Mannarino (2000) comenta que o profissional precisa obedecer aos seguintes aspectos:

- *propriedades*: a moralidade pessoal conforme a ética universal; a responsabilidade consciente e racional e as virtudes sociais, principalmente a justiça;
- *obrigações*: formação (educação); lealdade aos fins sociais da profissão; perfeccionismo da consciência;
- *condições*: referentes à profissão, referentes aos demais seres humanos e referentes à liberdade da vontade.

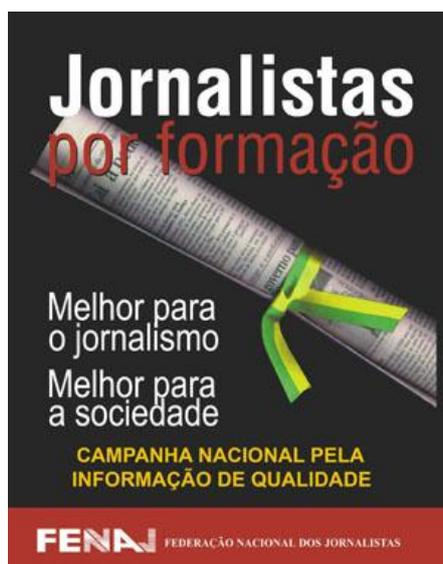
Observa-se, então, que há toda uma ordem para se produzir um texto informativo; ordem que deve ser respeitada para que a informação veiculada seja considerada uma informação legitimada.

Porém, o que observamos na atual Cibercultura é que esta ordem está se abalando, estremeando, não só porque uma das regras para a legitimação da informação e do sujeito informante se extinguiu (não é preciso mais ser formado em jornalismo para ser jornalista³) como também porque, com o advento da Internet e de seus gêneros digitais, há uma maior liberdade para se comunicar e, conseqüentemente, produzir e divulgar informações.

Neste aparente "caos" informativo, já que qualquer pode, em princípio, informar sobre qualquer coisa; observa-se, em algumas práticas discursivas da mídia, um retorno e valorização do tema "informação de qualidade",

³ O Supremo Tribunal Federal decidiu, em junho de 2009, por oito votos contra um, que o diploma de jornalista não é mais obrigatório para o exercício da profissão de jornalista. Essa decisão não agradou a Federação Nacional do Jornalismo que, em nota, mencionou que o principal argumento, entre os tantos que se pode levantar para a exigência do diploma de curso de graduação de nível superior para o exercício profissional do jornalismo, é o de que a sociedade precisa, tem direito à informação de qualidade, ética, democrática. Informação esta que depende, também, de uma prática profissional igualmente qualificada e baseada em preceitos éticos e democráticos. E uma das formas de se preparar, de se formar jornalistas capazes a desenvolver tal prática é através de um curso superior de graduação em jornalismo.

considerada aquela vinculada à instituição jornalística. Isto pode ser comprovado no próprio site da Federação Nacional dos Jornalistas⁴, que propaga discursos sobre a importância do diploma de jornalista, da legitimação desse sujeito, para que a informação veiculada possa ser considerada uma informação de qualidade.

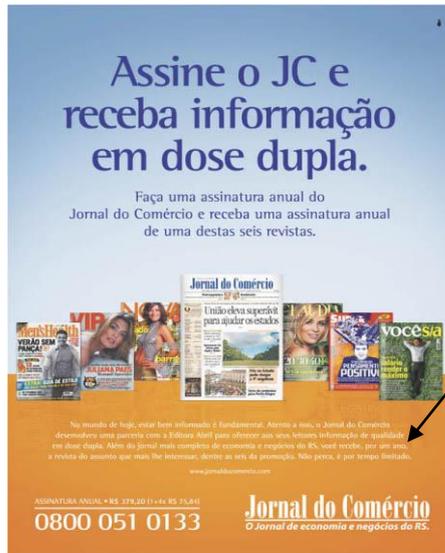


Fonte: <http://www.fenaj.org.br>. Acesso: 25 mar. 2009

Figura 1 - Campanha da Federação Nacional dos Jornalistas

Além deste enunciado que pregou a necessidade de um sujeito legitimado para informar, outros surgiram enfatizando não só que a informação de qualidade estaria vinculada aos jornais e às revistas, como também desqualificando os *blogueiros*, sujeitos que, utilizando-se do *blog*, produziam e divulgavam informações na *Web*.

⁴ <http://www.fenaj.org.br/diploma/interesse.htm>



Faça uma assinatura anual do Jornal do Comércio e receba uma assinatura anual de uma destas seis revistas.

No mundo de hoje, estar bem informado é fundamental. Atento a isso, o Jornal do Comércio desenvolveu uma parceria com a Editora Abril para oferecer aos seus leitores informação de qualidade em dose dupla. Além do jornal mais completo de economia e negócio do RS, você recebe, por um ano, a revista do assunto que mais lhe interessar, dentre as seis da promoção. Não perca. É por tempo limitado.

Fonte: <http://jcrs.uol.com.br/site>. Acesso: 25 mar. 2009.
Figura 2 - Propaganda do *Jornal do Comércio*



POR ONDE VOCÊ TEM CLICADO, HEIN?

Novo site do Estadão. Vídeos, podcastas e notícias na hora em que elas acontecem, em um Estadão que você monta com a sua cara.

Fonte: <http://jornalismoonline1.files.wordpress.com/2007/08/estado3jj1.jpg>.
Acesso: 15 mar. 2009
Figura 3 - Propaganda do Jornal *Estadão*



POR ONDE VOCÊ TEM CLICADO, HEIN?

Novo site do Estadão. Vídeos, podcastas e notícias na hora em que elas acontecem, em um Estadão que você monta com a sua cara.

Fonte: <http://jornalismoonline1.files.wordpress.com/2007/08/estado3jj1.jpg>.
Acesso: 15 mar. 2009

Figura 4 - Propaganda do *Jornal Estadão*



Polêmica questiona o valor do conteúdo digital produzido fora das redações.

Blogs se defendem e levantam a bandeira da livre opinião como princípio de qualidade.

Fonte: http://portalimprensa.uol.com.br/revista/edicao_mes.asp?idMateriaRevista=152
Acesso em 20 mar. 2009.

Figura 5 - Capa da Revista *Imprensa* - Edição 238 (Set/2008)

Observamos, assim que, tanto nas propagandas quanto na capa de revista, há a propagação de um discurso sobre a “informação de qualidade” relacionada ao jornalista e ao jornalismo impresso, mais particularmente ao jornal e a revista. Esses enunciados, desta forma, questionam e trazem à tona

a problematização da informação da Internet, mais particularmente os enunciados vinculados ao gênero *blog*.

Ativam-se, então, pela memória discursiva, as questões da ordem do discurso, mais especificamente, as questões da propriedade da informação: quem verdadeiramente pode informar e por quê? O que nos reporta não só às questões históricas de confecção e divulgação da informação⁵, como também aos procedimentos de controle do discurso, mais especificamente a interdição, comentada por Foucault (2009).

Viu-se que a interdição que atinge o discurso seria a responsável por controlar quem pode e quem não pode se apoderar deles. Desta forma, o discurso seria objeto de desejo, já que se ligaria ao poder: o poder do saber, da "verdade". Com isso, o discurso seria "aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 2009, p.10).

Essa luta pelo poder de informar é verificada na série exposta. Pelos seus enunciados observa-se uma disputa pelo controle da informação diante das novas possibilidades da Internet, uma vez que esta, pelo seu formato descentralizado e ágil, permite uma redução na dependência dos cidadãos em relação à imprensa para obter informações e, permite também que, qualquer um, em posse de um computador e com acesso a Internet, produza e divulgue qualquer tipo de informação na *Web*.

Toca-se, então, não só na questão da propriedade da informação e da ordem que rege a formação dos discursos, como também das práticas discursivas teorizadas por Foucault (2009).

Como comentado anteriormente, as práticas discursivas seriam um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma determinada época e para uma certa área, as condições de exercício da função enunciativa, ou seja, as condições para que dado enunciado seja produzido por um sujeito, em um lugar institucional, bem

⁵ Sabe-se que na Roma Antiga o noticiar era feito por aqueles ligados ao governo do imperador César (fundação do *Acta Diurna*) e na era Feudal os trovadores eram os responsáveis por noticiar tudo o que acontecia, e agora na era da informação, da cibercultura, questiona-se de quem é o direito de informar.

como as regras sócio-históricas que definiriam as condições de emergência desses discursos.

Na série exposta, essas práticas são observadas na ênfase que é dada para que a produção de informações ocorra do interior de um campo específico (no caso, no campo jornalístico), inserindo-se, então, em uma determinada formação discursiva que por sua vez seria a responsável por determinar os modos de dizer e aquilo que pode e deve ser dito em determinada época.

Por esses enunciados é possível notar, assim, a ordem que impera sobre os discursos, dizendo como produzi-lo e quem pode produzi-lo. Por isso a descaracterização do *blogueiro-jornalista* realizada nas propagandas do Estadão e na capa da revista Imprensa, que questionam a preparação desse sujeito para informar. O que é reforçado nas outras campanhas publicitárias, uma vez que enfatizam que a informação de qualidade deve estar vinculada a um sujeito formado para tal, bem como que esta informação deve estar divulgada em revistas e jornais, ou seja, em veículos que se legitimam para tal.

Confere-se, desta forma, a relação de saber-poder teorizada por Foucault, uma vez que aqueles que deterão o saber serão aqueles legitimados para informar e produzir um poder de “conduzir condutas” e, de certa forma, organizar a vida dos leitores, uma vez que agirão sobre eles, modificando seu campo de informações.

Com isso é possível comprovar que as relações de poder no campo da informação são exercidas pela produção e trocas de signos. Trata-se de perceber que os procedimentos de dominação podem se apresentar de muitas maneiras, entre elas a sedução por meio dos signos ou pela hierarquia das tarefas, que reparte os papéis entre as revistas e os jornais, que informam por meio de uma linguagem, e o leitor, que é informado por essa linguagem.

O que está dito, enquanto enunciado, produz sentido por meio das relações estabelecidas com outros enunciados, construindo, assim, a verdade para o leitor. Desta forma, enquanto instituições envolvidas na produção de informações, as revistas e os jornais tornam o que está dito saber aceito como verdade.

Pela série apresentada contata-se, então, o sistema de divisão que existe em relação à propriedade da informação: os que podem e os que não podem informar. Além disso, outras divisões podem ser lembradas como, por exemplo, a questão da liberdade de expressão *versus* o controle da informação, a da credibilidade/objetividade *versus* a opinião.

Por todo o exposto foi possível observar que os enunciados da série analisada enfatizam a questão da legitimidade do sujeito da informação, ressaltando que para informar e informar com qualidade, é preciso um sujeito graduado para tal. Ressalta-se, então, a necessidade da formação do sujeito da informação e de uma formação vinculada a uma academia que, por estar ligada a uma ciência, possuiria competência para formar um sujeito jornalista: um sujeito apto a informar e que, na construção do seu dizer, tenha, então, habilidade de obedecer às ordens históricas que regem a formação dos enunciados informacionais, ou seja, tenha capacidade para seguir as estruturas típicas do gênero, estando vinculado a uma certa instituição, apoiando seu discurso nas ciências (médicas, sociais, política, etc.) e produzindo, assim, uma informação de qualidade e legitimidade.

Considerações Finais

Por todo o exposto, ressalta-se a grande contribuição que a teoria de Michel Foucault nos dá para analisarmos a ordem que rege a formação dos enunciados, bem como sobre a relação de saber-poder que os envolvem.

Além disso, observamos, pela série enunciativa analisada, que em algumas práticas discursivas da mídia há uma propagação e valorização da informação de qualidade vinculada ao jornal e a revista impressos, enfatizando, então, que o direito de informar está reservado a um grupo determinado de indivíduos, no caso, os jornalistas – indivíduos legitimados para tal. Daí a representação do *blogueiro* como um sujeito desqualificado e a ênfase na necessidade da formação do sujeito da informação; formação, esta, vinculada a uma academia que, por estar ligada a uma ciência, possuiria competência para

formar um sujeito jornalista: um sujeito apto a informar e que, na construção do seu dizer, tenha, então, habilidade de obedecer às ordens históricas que regem a formação dos enunciados informacionais, ou seja, tenha capacidade para seguir as estruturas típicas do gênero, estando vinculado a uma certa instituição, apoiando seu discurso nas ciências (médicas, sociais, política, etc.) e produzindo, assim, uma informação de qualidade e legitimidade.

Além disso, por meio dela, ainda, podemos pensar no como a sociedade foi arquivando o “como noticiar” e o “como informar”, quem é o sujeito que pode ou não realizar tal ato e, ainda, como toda a produção discursiva está submetida a uma ordem, a ordem dos discursos.

Referências

ARAUJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogeneologia de Foucault. In: BARONAS, Roberto Leiser. (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p.89-101.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Trad.: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18.edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Recitações de mitos: a História na lente da mídia. In: _____ (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da história*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000, p. 19-34.

_____. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral. (orgs.). *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004, p. 19-42

MANNARINO, Marcus Vinicius Rodrigues. *O papel do webjornal: veículo de Comunicação e Sistema de Informação*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2000.

NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: _____. *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 67-92.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, Vanie; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividades*. São Carlos: Claraluz, 2004, p.77-96.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em janeiro de 2010.